

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	13
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	28
--	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	30
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	31
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	10.000
Preferenciais	0
Total	10.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	10.155	2
1.01	Ativo Circulante	10.155	2
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2	2
1.01.02	Aplicações Financeiras	10.148	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	10.148	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	5	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	10.155	2
2.01	Passivo Circulante	10.153	0
2.01.02	Fornecedores	324	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	324	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	14	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	14	0
2.01.03.01.02	Outros Impostos Federais	14	0
2.01.05	Outras Obrigações	9.815	0
2.01.05.02	Outros	9.815	0
2.01.05.02.05	Obrigações por repasses de recursos de terceiros	9.815	0
2.02	Passivo Não Circulante	7	7
2.02.02	Outras Obrigações	7	7
2.02.02.02	Outros	7	7
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	7	7
2.03	Patrimônio Líquido	-5	-5
2.03.01	Capital Social Realizado	10	10
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-15	-15

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	212	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-65	0
3.03	Resultado Bruto	147	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-147	-15.332
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-146	-15.332
3.04.02.01	Despesas Administrativas	-135	-15.137
3.04.02.02	Despesas Tributárias	-11	-195
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	0	-15.332
3.06	Resultado Financeiro	0	6
3.06.01	Receitas Financeiras	35	6
3.06.02	Despesas Financeiras	-35	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	0	-15.326
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	0	-15.326
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	0	-15.326
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,00000	-1,53260

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	1	-15.326
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-1	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	0	-15.326

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-9.815	-15
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	0	-15
6.01.01.01	Prejuízo antes dos impostos	0	-15
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.815	0
6.01.02.01	Aplicações de Recursos de Terceiros	-10.148	0
6.01.02.02	Impostos a Compensar	-5	0
6.01.02.03	Fornecedores	324	0
6.01.02.04	Obrigações Fiscais	14	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	9.815	17
6.03.01	Capital integralizado no período	0	10
6.03.02	Adiantamento recebido para futuro aumento de capital	0	7
6.03.03	Obrigações por repasses de terceiros	9.815	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	2
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2	2

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10	0	0	-15	0	-5
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10	0	0	-15	0	-5
5.07	Saldos Finais	10	0	0	-15	0	-5

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10	0	0	0	0	10
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10	0	0	0	0	10
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-15	0	0	-15
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	-15	0	0	-15
5.07	Saldos Finais	10	0	-15	0	0	-5

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	212	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	212	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-201	-15.137
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-65	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-136	-15.137
7.03	Valor Adicionado Bruto	11	-15.137
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	11	-15.137
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	35	6
7.06.02	Receitas Financeiras	35	6
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	46	-15.131
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	46	-15.131
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	46	195
7.08.02.01	Federais	46	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	0	-15.326
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	-15.326

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

CONSIGNADOS I
SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S.A.
COMPANHIA ABERTA
CNPJ/MF 29.894.663/0001-89

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Cenário Atual

A **CONSIGNADOS I COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS** é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo – SP.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) emissão e colocação privada, junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliários compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de crédito supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos da sua carteira de créditos.

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que a Companhia, no exercício de 2019, contratou a KPMG Auditores Independentes somente para a prestação de serviços de revisão das informações trimestrais e auditoria das demonstrações contábeis anuais, não tendo a referida empresa prestado qualquer outro tipo de serviço a Companhia.

Ainda em relação ao cenário atual, a Companhia informa que monitora a propagação do COVID-19; e está tomando todas as medidas necessárias para proteger seus colaboradores e parceiros.

Ainda é cedo para antever quais serão todos os reais impactos na economia e na sociedade de uma maneira geral, mas a Administração expõe abaixo as medidas que está adotando:

- a) A Companhia possui a infraestrutura tecnológica necessária para realizar suas atividades rotineiras de maneira remota.
- b) Nosso Plano de Contingência e Organização nos permitem realocar as atividades e responsabilidades daqueles colaboradores que, porventura, venham a contrair o COVID-19.
- c) Reuniões e grupos de trabalho serão realizados exclusivamente por videoconferências ou conversas telefônicas.

Permanecemos em alerta, tomando todo os cuidados e medidas possíveis para a manutenção da saúde de todos e a continuidade de nossos negócios.

Comentário do Desempenho (valores em milhares de reais)

Em 18 de outubro de 2019, em AGE os acionistas deliberaram pela aprovação da realização da Emissão e da Oferta Restrita de 1.500.000 (hum milhão e quinhentas mil) debêntures de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) em valor nominal, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, com valor total de R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em 3 (três) séries, em montantes já delimitados, com garantia real da totalidade dos direitos creditórios e quaisquer outros valores a que a Companhia faça jus, nos termos da escritura.

Apresentamos para apreciação de V.Sas, as demonstrações financeiras anuais auditadas exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 com os dados comparativos de exercício social anterior bem

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

como Nota Explicativa Complementar Número 22 com Informações Complementares à Emissão das Debêntures e seus Ativos Vinculados, tendo em vista que a Companhia emitiu debêntures, sem qualquer forma de coobrigação e os riscos e benefícios da integralidade dos fluxos de caixa produzidos pelos recebíveis de crédito são transferidos aos investidores. Ficamos à disposição dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, 07 de julho de 2020

A Administração

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o período
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de reais exceto quando de outra forma indicado)

1 Informações gerais e contexto operacional

A Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (“Companhia”), anteriormente denominada como True Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, foi constituída em 19 de janeiro de 2018 e alterou a razão social em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de junho de 2019, e é uma sociedade anônima, cuja sede social está localizada na cidade de São Paulo - SP. Suas acionistas são True One Participações S.A. e Cadência Participações Ltda.

A Companhia tem como principais atividades: (i) a aquisição e securitização de créditos exclusivamente oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias; (ii) emissão e colocação privada, junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliários compatível com suas atividades, respeitados os trâmites da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de crédito supracitadas; e (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando a cobertura de riscos da sua carteira de créditos.

A Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros tem como objetivo a emissão de instrumento de dívida (debentures) no mercado primário. Essa emissão foi estruturada com lastro em créditos consignados de aposentados públicos do INSS.

Em 18 de outubro de 2019, em AGE os acionistas deliberaram pela aprovação da realização da Emissão e da Oferta Restrita de debêntures, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas, com valor total de R\$ 1.500.000 (um bilhão e quinhentos milhões de reais), em 3 (três) séries, em montantes já delimitados, com garantia real da totalidade dos direitos creditórios e quaisquer outros valores a que a Companhia faça jus, nos termos da escritura.

Atualmente a Companhia encontra-se com o patrimônio líquido negativo devido a não integralização do adiantamento para futuro aumento de capital (nota 10) que deve ser integralizado após deliberação dos acionistas na próxima AGE da Companhia.

Em face da securitização em regime fiduciário, na essência e na forma, sem quaisquer retenções de riscos e benefícios sobre os recebíveis de crédito objeto de garantia real constituídas em favor das debêntures emitidas, a Companhia tendo retido somente os direitos contratuais sobre o recebimento do ativo original, concomitantemente à obrigação assumida do pagamento dos respectivos fluxos de caixa aos debenturistas, procedeu com o desreconhecimento do ativo financeiro vinculado ao passivo da emissão, oferecendo informações complementares às demonstrações financeiras na nota nº 22

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o período
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

2 Bases de preparação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vigentes na data base. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e sua emissão foi autorizada em 08 de julho de 2020.

2.2 Bases de apresentação

2.2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas quando aplicável para refletir os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia elabora suas demonstrações financeiras, exceto as informações de fluxo de caixa, utilizando a contabilização pelo regime de competência.

2.2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional é o Real. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de reais mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras está de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, que requerem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Para efetuar as referidas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas respectivamente.

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o período
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

3 Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixas e equivalentes de caixa incluem os montantes de caixa, saldos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 (noventa) dias da data da aplicação, principalmente em aplicações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário (CDBs). As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos balanços e não superando o valor de mercado.

3.2 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.3 Provisões, ativos e passivos contingentes

A Administração, ao elaborar suas demonstrações financeiras, efetua a distinção entre:

- Provisões que podem ser definidas como saldos credores que cobrem obrigações presentes legais ou presumidas na data do balanço patrimonial, decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda ou desembolso para a entidade cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos;
- Passivos contingentes são possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Companhia. Incluem as obrigações presentes da entidade, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação;
- Ativos contingentes são ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de eventos além do controle da Companhia. Não são reconhecidos no balanço patrimonial e nem na demonstração do resultado, mas são divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja praticamente certo que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada, ou seja, que apresente perda provável. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes, ou seja, que apresentem perda possível não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras, mas divulgadas em notas explicativas.

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o período
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

3.4 Instrumentos financeiros

3.4.1 Ativos financeiros não derivativos

A Companhia tem ativos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado, composto, basicamente, de aplicações financeiras de liquidez e rentabilidade diárias, portanto, encontram-se pelo seu valor justo na data do balanço.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e (ii) ao custo amortizado. A Companhia baixa um ativo financeiro quando tem seus direitos contratuais retirados, cancelados ou vencidos.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado (VJR)

De acordo com CPC48 e em conformidade com o IRFS 9, o ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado pela Companhia, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e as mudanças desses ativos são reconhecidas no resultado dos períodos.

Ativos financeiros registrados ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros desreconhecidos

A Companhia deixa de reconhecer ativos financeiros quando estes reúnem as três condições previstas no item 3.2.5 do CPC 48, que são:

- a. Quando a Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados.
- b. Quando à Companhia é vedada de vender ou oferecer em garantia o ativo original que se encontra em garantia real da emissão do passivo subjacente, exceto aos próprios detentores dos direitos aos quais há a obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
- c. Quando a Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma conta pré-determinada, desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos credores, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade, sendo que os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos credores.

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o período
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

3.4.2 *Passivo Financeiros e instrumentos de capital*

Os passivos financeiros são classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira. Após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15;
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado. São mensurados subsequentemente pelo maior valor entre:
 - O valor da provisão para perdas; e
 - O valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecida;

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, exceto os incluídos nas rubricas “Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado”, “Contratos de Garantia” e “Compromissos de conceder empréstimos”, os quais mensurados conforme mencionado anteriormente.

Na ausência de cotações públicas, a Administração, por meio de modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Para tanto, utiliza dados baseados em parâmetros de mercado observáveis (Preços cotados em mercados não ativos ou por instrumentos similares).

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação em relação ao passivo for extinta, isto é, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor em termos substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, a troca ou modificação é tratada como uma baixa do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo, e a diferença no valor contábil é reconhecida no resultado.

3.5 **Reconhecimento de receitas**

A Companhia não apresentou receitas no período de nove meses do ano 2019, mas quando apresentadas são reconhecidas pelo regime de competência.

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o período
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

3.6 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

A provisão para imposto de renda e contribuição social são contabilizadas pelo regime de lucro real e é constituída à alíquota de 15% para o imposto de renda, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

3.7 Resultado por ação

O resultado por ação é calculado dividindo-se o lucro/prejuízo do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período. Não existe diferença entre o lucro por ação básico e o diluído.

3.8 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas pelo método indireto de acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 03 “Demonstração dos fluxos de caixa”, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3.9 Demonstração do valor adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para companhias abertas.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3.10 Novas normas, alterações e interpretações

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis:

3.10.1 *Em vigor para exercícios iniciados em ou após 1o de janeiro de 2019*

- **IFRS 16/CPC 06(R2) - Leasing:** Estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil. Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O IFRS 16 substitui a IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações, no Brasil essas alterações serão tratadas como revisão do CPC 06.

O principal contrato no escopo da IFRS 16 trata-se do contrato de aluguel do escritório da matriz, situado em São Paulo - SP. O contrato possui vigência até 2021, desta forma, os impactos esperados a partir de 1o de janeiro de 2019 são: (i) reconhecimento do ativo de direito de uso no ativo não circulante; (ii) reconhecimento passivo de arrendamento segregado entre circulante e não circulante. Não há expectativa de impactos relevantes no resultado da Companhia.

A Companhia avaliou suas operações com base no IFRS 16 e não identificou quaisquer contratos passíveis de reconhecimento contábil e consequente divulgação.

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o períodos
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

- **ICPC 22/IFRIC 23 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** A interpretação ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro.

Na avaliação da Administração da Companhia, não existiram impactos em decorrência da interpretação, uma vez que todos os procedimentos adotados para a apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação e precedentes de Tribunais Administrativos e Judiciais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019 e 2018, o caixa e equivalentes de caixa, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens do balanço patrimonial, sendo instrumentos de liquidez disponíveis a qualquer tempo, como demonstrado a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos	-	2
Títulos e valores Mobiliários	2	-
	<hr/>	<hr/>
Total	2	2

5 Aplicações financeiras de recursos de terceiros

A Companhia possui recursos de terceiros provenientes de fluxos de caixa recebidos em operações de securitização, os quais são utilizados conforme a Ordem de Aplicação de Recursos conforme previsto na cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2019, os recursos excedentes estavam assim aplicados:

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos	641	-
Títulos e valores Mobiliários	9.505	-
CDB – Certificados de Depósito Bancário	502	-
Fundo Soberano FICFI (i)	9.007	-
	<hr/>	<hr/>
Total	10.148	-

- (i) Fundo Itau Soberano RF Simples LP FICFI, é um fundo classificado como fundo de renda fixa simples administrado pelo Banco Itau Unibanco S.A., no qual a Companhia detém 189.112,08840 quotas, com disponibilidade imediata de resgate, utilizado para aplicação de recursos excedentes que serão utilizados para novas aquisições de recebíveis.

6 Tributos a compensar

A Companhia incorreu em retenção de tributos federais quando do resgate de aplicações financeiras, sendo estes passíveis de compensação com outros impostos federais, no montante de R\$ 5.

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o período
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

7 Obrigações por repasses de recursos de terceiros

Uma vez cumprida a destinação dos recursos provenientes da emissão, os fluxos de caixa provenientes do recebimento dos recebíveis de crédito a ela vinculados, seguem a Ordem de Aplicação de Recursos na forma da cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2019, as obrigações por repasses de recursos de terceiros totalizavam R\$ 9.815.

8 Fornecedores

Refere-se a provisões constituídas para pagamento de serviços contratados de terceiros, no montante de R\$ 324.

9 Obrigações fiscais

Refere-se a valores de impostos retidos a recolher, no montante de R\$ 3, e contribuições ao PIS e à COFINS próprios a pagar, calculados sobre a receita de securitização, no montante de R\$ 11.

10 Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC

Refere-se a recursos aportados pelos acionistas para aumento de capital futuro, a ser subscrito na AGO do próximo exercício, no montante de R\$ 7.

11 Obrigações com partes relacionadas

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia utilizou-se de recursos na forma de adiantamentos para futuro aumento de capital, oriundos de seu controlador, constituindo uma obrigação no montante de R\$ 7, cujo saldo permanece em 31 de dezembro de 2019.

12 Remuneração dos administradores

Não houve remuneração a administradores no curso do período findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

13 Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é de R\$ 10, dividido em 10.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

13.2 Dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício nos termos da Lei das Sociedades por Ações, apurado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ao final do exercício, em decorrência do prejuízo verificado, não houve destinação de dividendos.

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o períodos
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

14 Imposto de renda e contribuição social – Créditos Tributários

A Companhia possui créditos tributários de prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social no montante de R\$ 4, não reconhecidos em seus ativos em 31 de dezembro de 2019.

15 Resultado operacional líquido de securitização

As receitas são formadas pelo montante de recursos oriundos da operação de securitização, necessários à cobertura dos custos operacionais da Companhia, no montante de R\$ 212.

Os custos diretamente ligados à operação de securitização, são assim demonstrados:

	31/12/2019	31/12/2018
Agente fiduciário	(27)	-
Taxas CVM e de registro	(36)	-
Custo de registro CETIP	(1)	-
Serviços de terceiros	(1)	-
Total	(65)	-

16 Despesas administrativas

	De 01/01/2019 A 31/12/2019	De 01/01/2018 A 31/12/2018
Publicações legais	(19)	(15)
Serviços de consultoria	(23)	-
Auditoria externa	(83)	-
Outras despesas administrativas	(10)	-
Total	(135)	(15)

17 Despesas tributárias

Referem-se às contribuições para o PIS e a COFINS, no montante de R\$ 11.

18 Resultado financeiro

Constituído pelas receitas financeiras de juros e atualização monetária decorrente da aplicação financeira dos recursos descritos na nota 5, no montante de R\$ 65, deduzidos dos custos de IOF pelo resgate destes operações, não compensáveis, no montante de R\$ 30, totalizando uma receita financeira de R\$ 35. A despesa financeira no montante R\$ 35 é composta pela atualização do passivo financeiro de Obrigações por repasses de recursos de terceiros, descrito na nota 7.

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o períodos
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

19 Resultado por ação

	31/12/2019	31/12/2018
Prejuízo do período atribuível aos acionistas	-	(15)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias utilizada na apuração do lucro	<u>10.000</u>	<u>10.000</u>
Resultado por ação - em reais	<u>0,00</u>	<u>(1,50)</u>

20 Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possuía operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

20.1 Critérios, premissas e limitações utilizados na apuração dos valores de mercado*Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras*

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia são aplicações financeiras automáticas em conta corrente que são títulos de renda fixa administrados por banco de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco. Esses instrumentos são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Na mensuração subsequente são classificados na mesma categoria. Por se tratar de um instrumento com liquidez diária e resgate imediato e automático é garantido na taxa pactuada na aplicação, e os saldos refletem o seu valor justo na data da avaliação.

21 Gerenciamento de riscos**Visão geral**

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia, estando aplicadas junto a instituições de primeira linha e consideradas como expostas a baixo risco de crédito. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro.

As debêntures emitidas, em regime fiduciário, com garantia real dos recebíveis de crédito e com integral transferência de riscos e benefícios, por sua vez, são títulos colocados no mercado com o objetivo de captar recursos que viabilizem a aquisição de recebíveis de créditos financeiros (notas explicativa n° 5 e n° 8). As condições estabelecidas para resgate dos títulos são definidas em virtude das taxas, dos indexadores, dos prazos e do fluxo de amortização dos recebíveis que lhes são vinculadas, gerando compatibilidade entre ativos e passivos. A captação de debêntures não se concretizará se não existirem oportunidades de aquisição de recebíveis em condições adequadas à garantia dos recursos captados.

Notas Explicativas**Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros**Demonstrações financeiras para o períodos
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018**Hierarquia de valor justo**

Existem 3 diferentes níveis hierárquicos, conforme segue:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (“inputs” não observáveis).

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros como nível 2.

Natureza	Classificação	Hierarquia	31/12/2019		31/12/2018	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 1	2	2	2	2
Aplicações de recursos de terceiros	Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	Nível 1	10.148	10.148	-	-
			<u>2</u>	<u>2</u>	<u>2</u>	<u>2</u>
Passivo						
Obrigações por repasses de recursos de terceiros	Passivos financeiros mensurados ao valor justo	Nível 1	9.815	9.815	-	-
Fornecedores e obrigações fiscais	Custo amortizado	Nível 2	338	338	-	-
Outras obrigações	Custo Amortizado	Nível 2	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>7</u>
			<u>7</u>	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>7</u>

Estrutura do gerenciamento do risco

A administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvem todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam em conformidade estrita com a proposta estabelecida para o exercício. Em linhas gerais, podem ser identificadas seis etapas a serem observadas na contratação de novas operações, sendo elas: (1ª) prospecção de negócios; (2ª) análise da proposta; (3ª) avaliação risco de crédito; (4ª) negociação das condições comerciais; (5ª) identificação da disponibilidade de recursos a captar em debêntures; e, tendo sido atendidas todas as condições; e (6ª) a efetivação do negócio.

Como resultado, alguns riscos, inerentes à atividade de securitização, não são identificados nas operações da Companhia e outros são minimizados pela adoção de mecanismos de proteção e controle, conforme exposto a seguir:

- (a) **Risco de mercado** - Relacionado com a possibilidade de perda por oscilação de taxas, descasamento de prazos ou moedas nas carteiras ativas e passivas acompanhadas mensalmente para direcionar estratégias para operações. Para as operações em andamento, o risco é minimizado pela compatibilidade entre as debêntures emitidas e os recebíveis de crédito que lhes dão lastro. No que diz respeito à atividade de tesouraria, as disponibilidades estão

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o período
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

concentradas em aplicações de renda fixa e, quando aplicável, têm os seus saldos ajustados a valor de mercado.

- (b) **Risco de crédito** - Considerado como a possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de problemas financeiros com seus clientes, que os levem a não honrar os compromissos assumidos com a Companhia. Para minimizar esse risco todos os créditos ofertados são submetidos à rigorosa análise qualitativa, abrangendo, entre outros quesitos, a análise histórica da pontualidade na solvência das obrigações e a relação entre saldos devedores e garantias a eles relacionadas. Adicionalmente, quando aplicável, os créditos adquiridos estão garantidos por coobrigação dos cedentes, assegurando a integralidade do fluxo de caixa previsto mesmo na hipótese de inadimplência dos devedores. Quanto ao gerenciamento dos recursos em tesouraria, este tem como parâmetro, entre outros, a pulverização das disponibilidades de caixa entre instituições com adequada classificação de risco.
- (c) **Risco de liquidez** - Considerado pela capacidade de a Companhia gerenciar os prazos de recebimento dos seus ativos em relação aos pagamentos derivados das obrigações assumidas. Esse risco é eliminado pela compatibilidade de prazos e fluxos de amortização entre títulos emitidos e lastros adquiridos, além da manutenção obrigatória de uma reserva mínima de liquidez.
- (d) **Pré-pagamentos** - O risco derivado dos pré-pagamentos por parte dos devedores dos créditos securitizados, comum nas operações de securitização, é neutralizado na Companhia pela disposição inserida nos títulos emitidos que lhe permite alocar os resultados, positivos ou negativos, nas debêntures da Terceira Série, por sua característica participativa nos resultados.
- (e) **Risco operacional** - Entendido como relacionado à possibilidade de ocorrência de perdas não previstas decorrentes da inadequação dos sistemas, das práticas e medidas de controle em resistir e preservar a situação esperada por ocasião da ocorrência de falhas na modelagem de operações, na infraestrutura de apoio, de erros humanos, de variações no ambiente empresarial e de mercado e/ou de outras situações adversas que atentem contra o fluxo normal das operações. Com o objetivo de minimizar esses defeitos, a Companhia estabeleceu rotinas redundantes de verificação, realizadas por profissionais diferentes e/ou de área diversa daquela em que o procedimento se originou, em todos os processos críticos até que os seus sistemas de contratação, registro, evolução e acompanhamento das carteiras de recebíveis adquiridas e debêntures a eles vinculadas, assim como o sistema integrado de controle interno, estejam plenamente ativos. Especificamente quanto à segurança dos ambientes de informática são adotados procedimentos que visam à efetiva proteção desses ambientes a partir da padronização das estações de trabalho, da adoção de procedimentos de controle de acesso, e da manutenção de rotinas de preservação de dados e informações.

Gestão do capital

A política da Administração considera a manutenção da base de capital necessária para assegurar a confiança dos investidores, de eventuais credores e do mercado em geral, assim como garantir o desenvolvimento futuro do negócio.

Análise de sensibilidade

Em atenção ao disposto na Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia registra não estar exposta a instrumentos financeiros não evidenciados nas suas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o período
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

Nesse sentido, os instrumentos financeiros representados pelas debêntures emitidas e pelos contratos de recebíveis adquiridos para a formação do lastro vinculado, estão sujeitos a condições equivalentes de taxas, indexadores e prazos, situação que torna neutro os efeitos decorrentes de quaisquer cenários econômicos aos quais a Companhia possa estar exposta. Essa condição é reforçada por serem instrumentos financeiros cuja negociação é vedada, por estarem vinculados entre si, sem o envolvimento do patrimônio comum da securitizadora, tal como mencionado nas notas explicativas nº 5 e nº 8.

Por sua vez, no que se refere às aplicações no Fundo Soberano, no qual está aplicada a liquidez da Companhia, a análise de sensibilidade considera muito baixo o nível de risco associado ao desempenho do fundo decorrente de eventuais alterações nos cenários econômicos.

22 Informações complementares à emissão de debêntures e seus ativos vinculados

Conforme descrito na nota 1, a Companhia emitiu debêntures em regime fiduciário, transferindo aos investidores, sem qualquer forma de coobrigação, os riscos e benefícios da integralidade dos fluxos de caixa produzidos pelos recebíveis de crédito adquiridos para este fim, os quais constituem a garantia real da emissão.

À luz das normas a respeito de instrumentos financeiros, introduzidas pelo CPC 48, a operação atende às 3 (três) condições para o desconhecimento dos ativos e dos passivos financeiros vinculados à emissão, conforme critério descrito na nota 3.4.1:

- i. A Companhia não tem obrigação de pagar valores a eventuais recebedores, exceto aqueles que forem decorrentes do recebimento do ativo original a eles vinculados, conforme definido na escritura de debêntures (cláusula 5.6.3 – pagamento condicionado)
- ii. Pelos termos da escritura das debêntures, é vedada à Companhia a venda do ativo original que se encontra em garantia real da emissão, ou sua oferta em garantia de qualquer operação, (cláusula 5.15), exceto aos próprios debenturistas pela obrigação de lhes pagar fluxos de caixa.
- iii. A Companhia tem obrigação de remeter quaisquer fluxos de caixa que cobrar, nas datas estipuladas de amortização e/ou pagamento de juros, sendo que durante o período em que o fluxo de caixa se tornar positivo, quaisquer excedentes devem ser direcionados a uma aplicação financeira determinada previamente na escritura de debêntures (cláusula 4.5.3), desde a data do seu recebimento até a data da efetiva remessa aos debenturistas, conforme calendário de amortizações, não se responsabilizando a Companhia pelos investimentos e nem por sua rentabilidade (cláusula 4.5.3.3). Os juros auferidos sobre estes investimentos temporários compõe o montante de recursos a serem repassados aos debenturistas.

A despeito do desconhecimento dos ativos e passivos financeiros vinculados à referida emissão de debêntures, e dos resultados a estes associados, a Companhia optou por manter registros contábeis independentes das suas demonstrações financeiras, de modo a permitir ao debenturista acompanhar a evolução dos seus direitos e obrigações assumidos à luz da escritura de emissão de debêntures, os quais apresentam-se da seguinte forma:

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o período
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

22.1 Ativos e Passivos fiduciários

	<u>31/12/2019</u>
Ativo circulante fiduciário	53.891
Aplicações financeiras	9.814
Recebíveis de crédito adquiridos	43.898
Outros ativos	178
Ativo não circulante	132.010
Recebíveis de crédito adquiridos	132.010
Total do ativo	185.901
	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante fiduciário	7.878
Obrigações por debêntures emitidas	5.955
Obrigações por emissão de debêntures	7.110
(-) Custos da transação	(1.155)
Outras Obrigações	1.585
Valores recebidos antecipadamente	1.585
Total do passivo circulante	7.540
Passivo não circulante	178.361
Obrigações por debêntures emitidas	178.361
Obrigações por emissão de debêntures	179.649
(-) Custos da transação	(1.288)
Total do passivo vinculado	185.901

Notas Explicativas

*Consignados I Companhia Securitizadora
de Créditos Financeiros
Demonstrações financeiras para o períodos
findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018*

22.2 Receitas e custos fiduciários

	De 01/01/2019 a 31/12/2019
Receitas dos créditos adquiridos	1.229
Receita de créditos vinculados adquiridos	1.194
Receita financeira	35
Custos de captação de recursos	(1.017)
Debêntures emitidas	(1.017)
Resultado financeiro líquido da atividade	212
Receitas (despesas) operacionais	
Custos da operação repassados ao emissor	(212)
Total de (despesas) receitas operacionais	(212)
Resultado fiduciário	-

22.3 Caixa e equivalentes de caixa

Uma vez cumprida a destinação dos recursos provenientes da emissão, os fluxos de caixa provenientes do recebimento dos recebíveis de crédito a ela vinculados, seguem a Ordem de Aplicação de Recursos na forma da cláusula 5.6 da escritura de emissão de debêntures, que deve ser permanentemente obedecida pela emissora e pelos debenturistas. Em 31 de dezembro de 2019, os recursos excedentes estavam assim aplicados:

	31/12/2019	31/12/2018
Bancos	641	-
Títulos e valores Mobiliários	9.507	-
CDB – Certificados de Depósito Bancário	502	-
Fundo Soberano FICFI (i)	9.007	-
(-) Valores provisionados para fundo de despesas	(334)	-
Total	9.814	-

- (ii) Fundo Itau Soberano RF Simples LP FICFI, é um fundo classificado como fundo de renda fixa simples administrado pelo Banco Itau Unibanco S.A., no qual a Companhia detém 189.112,08840 quotas, com disponibilidade imediata de resgate, utilizado para aplicação de recursos excedentes que serão utilizados para novas aquisições de recebíveis.

22.4 Recebíveis de crédito adquiridos

Estão representados por recebíveis de crédito, sob a forma de empréstimos pessoais concedidos a indivíduos titulares de benefício de aposentadoria ou pensão do Regime Geral de Previdência Social, com amortização mensal mediante desconto direto nos benefícios aos quais os beneficiários tem direito (também denominados como crédito consignado).

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos acionistas da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Não temos principais assuntos de auditoria a serem comunicados.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

– Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

– Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

– Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

– Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 08 de julho de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Eduardo Tomazelli Remedi

Contador CRC 1SP259915/O-0

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Eu, Fernando Cesar Brasileiro, brasileiro, administrador de empresas, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.025.342/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.354.358-70, na qualidade de Diretor Presidente da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.894.663/0001-89 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485-X /SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor de Relação com Investidores da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.894.663/0001-89 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATORIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Eu, Fernando Cesar Brasileiro, brasileiro, administrador de empresas, separado judicialmente, portador da Cédula de Identidade RG nº 17.025.342/SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 082.354.358-70, na qualidade de Diretor Presidente da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.894.663/0001-89 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, KPMG Auditores Independentes referente às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019

Eu, Arley Custódio Fonseca, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 27.946.485-X /SSP-SP, inscrito no CPF/MF sob o nº. 307.140.588-07, na qualidade de Diretor de Relação com Investidores da Consignados I Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 29.894.663/0001-89 com sede na Avenida Santo Amaro, 48 1º andar, cj 12, Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04506-000 declaro para os fins do artigo 25 da Instrução nº 480, de 07 de dezembro de 2009 que:

(i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes contratados pela Companhia, KPMG Auditores Independentes referente às demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019